

PRÁTICA PEDAGÓGICA POR ÁREAS DO CONHECIMENTO: DESAFIO AOS EDUCADORES

Marlene de Sá Januário¹;
Daniel Gustavo Fleig².

RESUMO

Em conformidade com a LDB nº 9.394/96 de 20/12/1996, o Decreto nº 6.040 de 07/02/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Parecer nº 193/10 de 03/03/2010 – CEE/CEB/PR, que trata da Autorização para Funcionamento de Ensino Fundamental e Médio nas Escolas das Ilhas do Litoral Paranaense em caráter experimental, é que se fundamentou uma Proposta Pedagógica por Áreas do Conhecimento, levando em conta as características dos sujeitos, respeitando assim o princípio da educação inclusiva, destacando o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, a ampliação do Ensino Médio e técnico profissionalizante ligadas às necessidades, afazeres e saberes das comunidades, as salas de apoio e recursos pedagógicos e formação continuada de educadores, entre outros.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Dialogia. Eixos Temáticos.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Paranaguá, e-mail:marlenissa8@yahoo.com.br

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1 INTRODUÇÃO

Através do trabalho, a vida do campo é a primeira experiência da organização humana, enquanto ser produtivo para a sobrevivência. Isso ainda perpetua entre as comunidades de ilhéus e ribeirinhos do litoral paranaense.

Conhecedora das dificuldades dessas comunidades, para que a educação possa realmente acontecer diante das inúmeras adversidades, é que motivou este artigo quanto ao desenvolvimento e aplicabilidade de uma prática pedagógica inovadora.

Com o advento da urbanização, em detrimento da homogeneidade do espaço, o campo traz uma tendência a desaparecer e conjuntamente surge a bandeira de resistência, fortalecendo assim os movimentos sociais, buscando estabelecer os direitos de uma vida mais digna, respeito à cultura e a permanência na terra.

A Educação do Campo surge então, em meio à garantia da “educação para todos”, respeitando a cultura e os saberes do homem do campo. É um longo percurso desde o 1º Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro em 1923, quando o modelo de educação rural privilegiava o estado de dominação das elites sobre os trabalhadores.

Na Constituição de 1934, surge o modelo de educação rural de dominação da elite latifundiária. Na Constituição de 1937 e 1946, ressaltam mudanças de poder da elite agrária para as emergentes elites industriais, sustentando o modelo de educação rural, mas com o aperfeiçoamento do sistema de subjugação e implantação do ensino agrícola. Sob o controle da ditadura militar, a Constituição de 1967, houve um retrocesso nos projetos educacionais que norteavam uma educação emancipatória. Somente na Constituição de 1988, se dá a garantia da educação

para todos e surgia então a perspectiva da construção de uma educação do campo, livre do jugo das elites, em virtude da abertura democrática e a organização dos movimentos sociais.

Nos anos 90, surgem os primeiros sinais de inserção da Educação do Campo com a LDB nº 9394/96 de 20/12/206 e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, em contrapartida à concepção de educação rural.

Destacam-se marcos históricos da Educação do Campo: o I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária, em Brasília, no ano de 1997, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra(MST), com apoio da Universidade de Brasília(UnB) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), dentre outras unidades, a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em parceria entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Universidade de Brasília, UNICEF, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil(CNBB).

Como resultado da luta dos movimentos sociais junto ao Estado, é publicada no ano de 2003, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB nº 01 de 03 de abril de 2002.

Foi então, que alguns governos estaduais como Ceará, Mato Grosso e Paraná, passaram a incorporar a Educação do Campo nas políticas públicas educacionais.

No Estado do Paraná, em 2006, foram publicadas as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, fruto de um trabalho coletivo com educadores das escolas públicas, membros da Coordenação da Educação do Campo, membros das Instituições de Ensino Superior e representantes de diferentes movimentos sociais.

Nesse contexto, as Escolas das Ilhas são compreendidas como Escolas do Campo e os ilhéus do litoral são considerados nas políticas públicas educacionais sujeitos do campo.

A Educação do Campo, terminologia adotada pelo poder público, em atenção às demandas sociais, que não podem ser analisadas isoladamente de seus interesses políticos. É uma conquista do processo histórico da educação brasileira, porém, muito tem a fazer valer o direito da cidadania dos povos do campo, para contribuir com o desenvolvimento de uma grande parte da população brasileira.

Para isso, este artigo tem como objetivo geral, propor uma Gestão Democrática, tendo como princípio básico a dialogia entre os conhecimentos dos moradores das ilhas, fundamentados nos seus saberes e identidades e os escolares, técnicos e tecnológicos, baseada na educação visando a autonomia e cidadania plenas, planejando uma vida com dignidade no local, onde moram ou em outros lugares . E como objetivos específicos visando garantir o atendimento dos diferentes níveis e modalidades de ensino para o desenvolvimento humano do educando para que possa agir no mundo como cidadão consciente e crítico, assegurar a autonomia administrativa e pedagógica; a compreensão da realidade contemporânea em diferentes escalas (micro ao macro); resgatar, registrar e valorizar os saberes tradicionais, das identidades, espaços e modos de vida a fim de estabelecer o diálogo com os saberes escolares, garantido assim que, por meio do trabalho com os eixos temáticos, efetive o diálogo com os conteúdos estruturantes referentes à Educação Básica.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A organização curricular está dentro de uma proposta que realmente contribua com a construção da autonomia e cidadania e é necessário que a escola

seja transformada de fato, pois segundo Mézaros (2005, p.35), nos últimos 150 anos a educação institucionalizada serviu:

[...] no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas.

Percebe-se que não somente a modificação dos conhecimentos escolares, mas todo o conjunto de ações, pessoas e instâncias na e da escola devem sofrer transformações, se realmente a escola estiver pautada em uma educação voltada para a emancipação que possa romper com a dominação social.

Entende-se que a organização curricular para as escolas das ilhas deve subsidiar as transformações das práticas escolares, no tocante à organização e funcionamento da instituição e suas relações com a comunidade a fim de que possam alcançar os objetivos pedagógicos estabelecidos.

Para que haja a efetivação desta proposta, visando a concretização, faz-se necessário que a Gestão Escolar Democrática seja o pilar, aonde possa garantir uma relação orgânica da comunidade com a escola, viabilizando a ampliação dos tempos e espaços escolares, fator relevante na concretização da dialogia entre os saberes, conforme a realidade vivenciada em cada local.

As escolas das ilhas devem levar em consideração a participação da comunidade em todas suas ações e decisões, pois o processo educativo compõe a formação de seus filhos. Desta forma, a escola não é algo isolado da realidade dos ilhéus, contribuindo assim na compreensão de seu ambiente de vida, propiciando a composição de uma automudança consciente.

De acordo com a proposta pedagógica das ilhas, são considerados efetivos prolongamentos da escola, as praias, o campo de futebol da comunidade, as trilhas

em meio à Floresta Atlântica, as igrejas, os clubes e associações, os espaços ligados à pesca e ao artesanato, entre outros.

É importante ressaltar que deve-se garantir que, o processo dialógico seja efetivamente democrático e que a forma contextualizada de ampliação dos conhecimentos e saberes, permita a construção de leituras de mundo fortalecidas e ressignificadas.

É necessário que o educador transborde com seus alunos, a busca do saber, como por exemplo, dialogando com os pescadores, aprendendo as estratégias tradicionais de pesca, em determinadas épocas do ano, como pontos de partida para trabalhar os conteúdos relacionados à economia, a natureza, a matemática, os fenômenos da física, os fatores da instabilidade das marés, entre outros.

Destaca-se então, que foi para viabilizar o entrelaçamento entre os saberes que o currículo foi organizado por eixos temáticos e áreas do conhecimento. Partindo destes, os conteúdos estruturantes dos saberes, que resultou numa matriz curricular específica.

De acordo com os eixos temáticos, as áreas do conhecimento e os conteúdos estruturantes, a proposta pedagógica deve estar voltada à construção de uma automudança consciente dos indivíduos (Mészáros,2005) e de seus territórios, devendo manter uma relação orgânica entre os eixos temáticos e os conteúdos estruturantes (ANEXO A). Os primeiros estão ligados aos modos de vida dos ilhéus. Os segundos estão voltados nos saberes escolares elencados nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná. É a partir desses que o educador tecerá a dialogicidade entre os saberes, que auxiliarão o educando a construir seu próprio conhecimento e capacidade de fazer uma leitura de mundo nas suas várias escalas (local, regional, e global) e nele agir.

Os eixos temáticos fundamentais para a constituição da leitura de mundo do educando, dentro da proposta pedagógica das ilhas são:

- a) Modos de vida: Trabalho, Cultura(s) e Identidade(s);
- b) Territórios: Natureza, Poder e Políticas;

c) Saúdes: Hábitos e Costumes.

Foram os eixos temáticos, fundados nos modos de vida dos ilhéus que nortearam a organização dos conteúdos por áreas de conhecimento. É por meio destas que o educador promoverá o diálogo entre os saberes tradicionais e escolares e destes entre si.

O educador deverá ter consciência que ao estabelecer o diálogo entre os eixos temáticos, as áreas do conhecimento e os seus conteúdos estruturantes das disciplinas, de que os primeiros (eixos temáticos) referem-se às problemáticas nas quais os educandos estão inseridos (realidade), os segundos constituem-se em instrumentos intelectivos que , dada a sua organização em áreas, permitirão a materialização de leituras da realidade, fundamento para uma educação libertadora porque conscientizadora e potencializadora de práticas sociais voltadas à democratização da sociedade (ANEXOS D e E).

O poder público deve garantir as condições necessárias para que o trabalho pedagógico como um todo, possa ser desenvolvido plenamente, tanto no que diz respeito aos recursos materiais e financeiros, quanto aos recursos humanos. É fundamental que o educador tenha uma formação específica para desenvolver seu trabalho. Que o Estado garanta as viabilidades do educador para atender as peculiaridades das escolas das ilhas. Pois não há qualidade na educação, sem investimentos.

A avaliação do processo aprendizagem se pautará entre toda e qualquer produção que resulta de uma atividade desenvolvida na relação educador - educando - comunidade, podendo existir tantas e quantas se fizerem necessárias. O objetivo central é a avaliação do processo de dialogia que o educando estabelece entre os saberes escolares e tradicionais. A avaliação deve ser por critérios, diagnóstica, formativa, contínua, diversificada e processual, devendo portanto, ser realizada através de diferentes instrumentos.

Segundo Luckesi (2002,p.84), que:

[...] avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista de orientá-la para produzir o melhor possível; por isso não é classificatória e nem seletiva; ao contrário, é diagnóstica e inclusiva[...].

Espera-se superar o critério da pura e simples memorização dos conteúdos trabalhados, potencializando aspectos mais qualitativos como o desenvolvimento da percepção crítica, capacidade de síntese e elaboração pessoal, o interesse pela busca do conhecimento, a participação em grupos de estudo e trabalhos de campo, a capacidade de problematização e questionamento sobre as realidades vividas nas ilhas e no mundo, entre outros.

O educador mediará todas as atividades, uma vez que o processo avaliativo tem início no estabelecimento do interesse pelos alunos em desenvolvê-los. O educando deverá ser instigado a participar partindo de sua comunidade, estimulando-o a uma reflexão crítica sobre o seu modo de vida, valorizando as práticas tradicionais e visando a formação de lideranças que possam atuar na gestão da escola e também nas comunidades em que estão inseridas. Nesse contexto, é imprescindível no processo de avaliação, a participação dos educandos em grêmios estudantis, nas reuniões realizadas na escola e no seio da comunidade, palestras, entre outras.

Como é necessário um acompanhamento sistemático e contínuo, o Conselho de Classe, é um colegiado dentro da escola para diagnosticar, avaliar e auto-avaliar o trabalho pedagógico através dos resultados apresentados pelo educando e nortear novas metodologias, no sentido de efetivar a construção dos saberes escolares, devendo ser consolidado com a participação efetiva da representação dos professores, de alunos, de membros das instâncias colegiadas, dos pais e ou responsáveis e outros . Pois assim, vem de encontro à realidade sócio-histórica de que os avanços, os limites e as possibilidades encontradas para a efetivação das atividades escolares, não podem ser compreendidas apenas sendo de responsabilidade da escola, mas sim, de toda a comunidade.

Com isso, o processo avaliativo deve ocorrer de forma mais democrática, implicando com o exercício de direitos e deveres de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar.

3 CONSIDERAÇÕES

Pensando na construção desse trabalho de estudos, foquei o interesse em desenvolver um tema voltado para a prática pedagógica dos educadores, por áreas de conhecimento.

Na proposta de trabalho, quis fundamentar as possibilidades de enfrentamento para uma proposta pedagógica inovadora na Educação do Campo.

É necessário ressaltar que o desenvolvimento sustentável de uma comunidade do campo, muito poderá contribuir com a execução da prática pedagógica, uma vez que a participação de todos diretamente no processo transformador é a característica da organização de grupo, pois o conhecimento produzido deve ser construído na troca concreta de experiências e a inter-relação com o mundo é a base dessa construção, ou seja, contextualizada.

Diante disso, é necessário que os educadores sejam capacitados para desenvolver as atividades pedagógicas por áreas do conhecimento e que a organização da oferta das aulas seja referencial validador quanto à formação do educador, uma vez que o conhecimento fragmentado deixará de existir nessa proposta de trabalho.

Referências

BRASIL. **Constituição**, 1934.

BRASIL. **Constituição**, 1937.

BRASIL. **Constituição**, 1946.

BRASIL. **Constituição**, 1967.

BRASIL. **Constituição**, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, abr./2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação (LDB) – Lei 9.393/96**. Brasília, 1996.

_____; BRASIL. Ministério da Educação. **Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea (1996-2004)**. Brasília: UNESCO, MEC, set. 2004. p. 165-185 (Educação para Todos).

CALDART, R. S. Elementos para a construção do projeto político pedagógico da Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos Temáticos da Educação do Campo**. SEED. Curitiba, 2005.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 193/10. **Autorização para funcionamento de ensino fundamental e médio nas escolas das ilhas do litoral paranaense em caráter experimental: CEE.** Curitiba,2010.

CNE/CEB. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo.** Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de Abril de 2002.

Decreto Lei nº 6.040/07 de 07 de fevereiro . Diário Oficial da União da República 08 de fevereiro de 2007. Casa Civil. Brasil

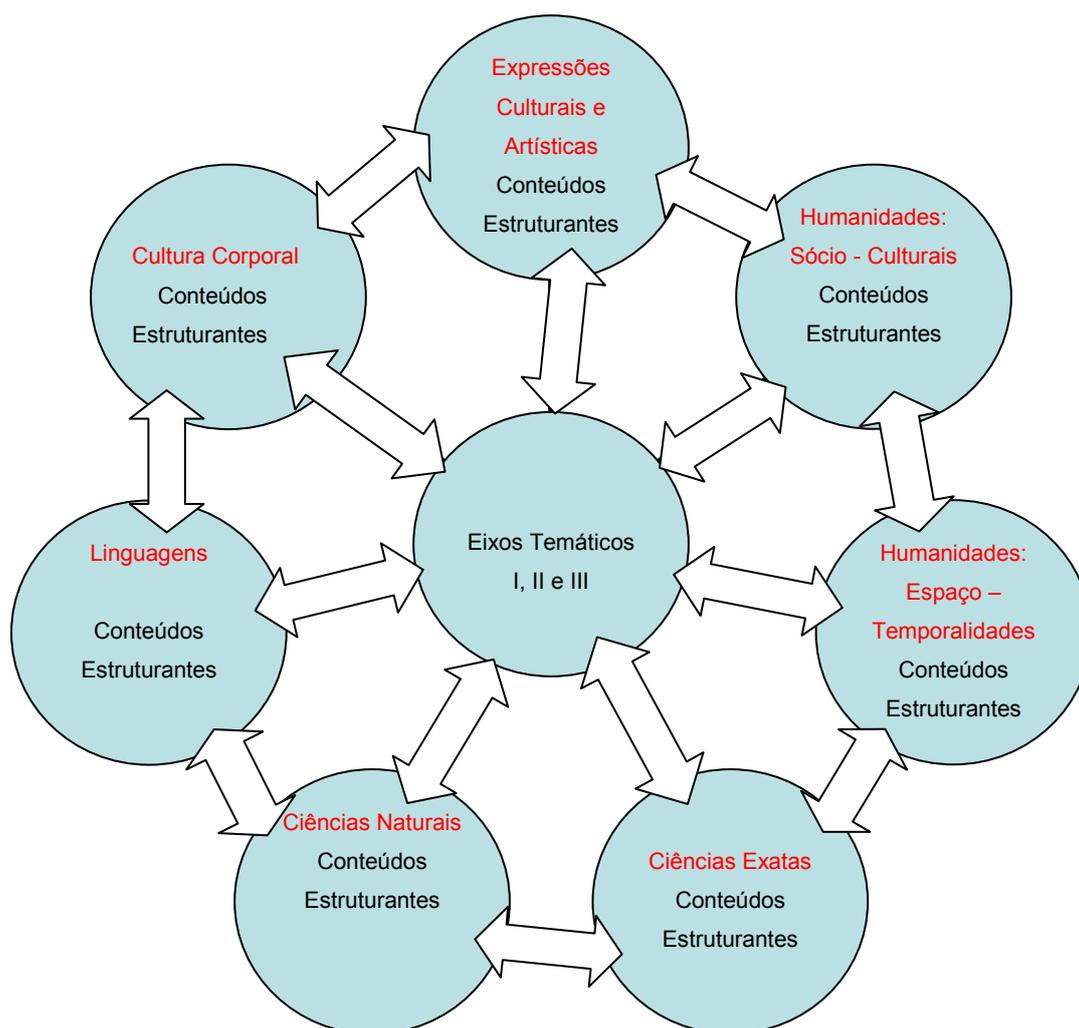
LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 14 ed. São Paulo: Cortez,2002.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Educação do Campo.** SEED. Curitiba, 2006.

ANEXO A

Diagrama 01. Relação: Eixos Temáticos, Áreas do Conhecimento e os Conteúdos Estruturantes



ORGANIZAÇÃO CURRICULAR POR ÁREAS DO CONHECIMENTO:

Áreas de Linguagens: Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna;

Expressões Culturais e Artísticas: Arte;

Cultura Corporal: Educação Física;

Ciências Exatas: Matemática e Física;

Ciências Naturais: Ciências, Biologia e Química;

Ciências Humanas I: Ensino Religioso, Sociologia e Filosofia;

Ciências Humanas II: Geografia e História.

ANEXO B

DISPOSIÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

Áreas do Conhecimento	Disciplinas	Carga Horária Semanal				Carga Horária Total
		6º	7º	8º	9º	
Expressões Culturais Artísticas	Arte	2	2	2	2	08
Ciências da Natureza	Ciências	3	3	3	4	13
Linguagens	Língua Portuguesa	4	4	4	4	24
	Língua Estrangeira	2	2	2	2	
Ciências Humanas I e II	História	3	3	3	4	27
	Geografia	3	3	3	3	
	Ens.Religioso	1	1	0	0	
Cultura Corporal	Educação Física	3	3	3	3	12
Ciências Exatas	Matemática	4	4	4	4	16
Total da Carga Horária Semanal		25	25	25	25	100

ANEXO C

DISPOSIÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO

Áreas do Conhecimento	Disciplinas	Carga Horária Semanal			Carga Horária Total
		1 ^a	2 ^a	3 ^a	
Expressões Culturais Artísticas	Arte	2	2	-	04
Ciências da Natureza	Química	2	2	2	12
	Biologia	2	2	2	
Linguagens	Língua Portuguesa	4	3	4	17
	Língua Estrangeira	2	2	2	
Ciências Humanas I	Sociologia	-	2	2	08
	Filosofia	2	-	2	
Ciências Humanas II	História	2	2	2	12
	Geografia	2	2	2	
Cultura Corporal	Educação Física	2	2	2	06
Ciências Exatas	Matemática	3	4	3	16
	Física	2	2	2	
Total Carga Horária Semanal		25	25	25	75

ANEXO D

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES - ENSINO MÉDIO

Eixos Temáticos	Ciências Humanas I	Ciências Humanas II	Ciências Exatas	Ciências Naturais	Linguagens	Cultura Corporal
1. Modo(s) de vida: Trabalho, Cultura(s) e Identidades.	Sociologia	Geografia	Física	Biologia	Língua Portuguesa	Educação Física
2. Territórios: Natureza, Poder e Políticas.	-O processo de socialização às instituições sociais; -A cultura e a indústria cultural; -Trabalho, produção e classes sociais; -Poder, política e ideologia; -Direitos, Cidadania e movimentos sociais.	-A dimensão econômica do espaço geográfico; -A dimensão política do espaço geográfico; - A dimensão socioambiental do espaço geográfico; -A dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico.	-Movimento; -Termodinâmica; -Eletromagnetismo.	- Organização dos seres vivos; Mecanismos biológicos; -Biodiversidade; - Manipulação genética.	- As práticas discursivas; - O discurso como prática social; - Leitura; escrita e oralidade; -Gêneros discursivos.	-Esporte; -Jogos e brincadeiras; -Ginástica; - Lutas; -Dança.
3. Saúdes: Hábitos e Costumes.			Matemática	Química		
			-Números e álgebra; -Grandezas e medidas; - Geometrias; - Funções; -Tratamento da informação.	-Matéria e sua natureza; -Biogeoquímica; - Química sintética.	L.E.M.	Expressões Culturais
	Filosofia	História			As práticas discursivas;	Artísticas
	- Mito e filosofia; - Teoria do conhecimento; - Ética.	- Relações de trabalho; - Relações de poder; -Relações culturais			- O discurso como prática social;	Arte
					- Leitura; escrita e oralidade; -Gêneros discursivos.	- Elementos formais; -Composição; - Movimentos e períodos; -Encaminhamentos metodológicos; -Artes visuais; -Dança; - Música; -Teatro.

ANEXO E

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES - ENSINO FUNDAMENTAL

Eixos Temáticos	Ciências Humanas I	Ciências Humanas II	Ciências Exatas	Ciências da Natureza	Linguagens	Cultura Corporal
	Ensino Religioso	Geografia	Matemática	Ciências	Língua Portuguesa	Educação Física
1. Modo(s) de vida: Trabalho, Cultura(s) e Identidades.	Paisagem religiosa; - Universo simbólico religioso; - Texto Sagrado.	-A dimensão econômica do espaço geográfico; -A dimensão política do espaço geográfico; - A dimensão socioambiental do espaço geográfico; -A dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico.	-Números e álgebra; -Grandezas e medidas; - Geometrias; - Funções; -Tratamento da informação.	- Astronomia; -Matéria; -Sistemas biológicos; - Energia; -Biodiversidade	- O discurso como prática social;	-Esporte; -Jogos e brincadeiras; -Ginástica; - Lutas; -Dança.
					L.E.M	Expressões Culturais Artísticas
					-Objeto de estudo de Língua Estrangeira: As práticas discursivas, leitura, escrita , oralidade e gêneros discursivos.	Arte
2.Territórios: Natureza,Poder e Políticas.					- Elementos formais; -Composição; - Movimentos e períodos; -Encaminhamentos metodológicos; -Artes visuais; -Dança; - Música; -Teatro.	
3.Saúdes:Hábitos e Costumes.		História				
		- Relações de trabalho; - Relações de poder; -Relações culturais				